

A causa da ciência

Como a história social das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências¹

Pierre Bourdieu

Artigo

A história social das ciências sociais não é uma especialidade dentre outras. Ela é o instrumento privilegiado da reflexividade crítica, condição imperativa da lucidez coletiva e individual. Sem dúvida, ela pode também servir para o ressentimento e a má-fé, quando dela se esperam apenas satisfações sem o perigo da indignação e da denúncia retrospectivas, ou os benefícios assegurados por uma defesa sem riscos de boas causas passadas. Mas, realmente, ela só encontra sua justificação quando consegue atualizar os pressupostos inscritos no princípio dos empreendimentos científicos do passado, os quais perpetuam, frequentemente no estado implícito, a herança científica coletiva, os problemas, os conceitos, os métodos ou as técnicas.

Apenas a anamnésia permitida pelo trabalho histórico pode resgatar a amnésia da gênese, que implica, quase inevitavelmente, numa relação rotineira à herança, convertida, no essencial, em *doxa* disciplinar; apenas ela é capaz de fornecer a cada pesquisador os meios de compreender suas opções teóricas mais funda-

* Publicado em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 106-107, de março de 1995, este texto retoma alguns temas de uma comunicação apresentada em 1989 no Colóquio de Chicago sobre "Social Theory and Emerging Issues in a Changing Society", publicada sob o título "Epilogue: On the Possibility of a Field of World Sociology", in P. Bourdieu e J. Coleman (ed.), *Social Theory for a Changing Society*, Boulder-San Francisco-Oxford, Westview Press, New York, Russell Sage Foundation, 1991. A presente tradução foi feita por Gabriel Fernandes, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e revisada por Tamara Benakouche, professora do mesmo Programa. A publicação foi autorizada por *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, pelo que agradecemos.

mentais, como a adesão, freqüentemente tácita, a teses antropológicas raramente enunciadas que fundam suas grandes escolhas teóricas e metodológicas (particularmente em matéria de filosofia da ação), ou suas simpatias e antipatias epistemológicas para com autores, modos de pensamento e formas de expressão. Ela é o instrumento mais indispensável e impiedoso para uma crítica de paixões e interesses que podem se esconder no caráter pretensamente irrepreensível da metodologia mais rigorosa.

A ciência social tem o privilégio de poder eleger por objeto seu próprio funcionamento e, assim, de tornar conscientes os limites que se impõem à sua prática científica; ela pode, no caso, servir-se da consciência e do conhecimento que possui das suas funções e do seu funcionamento para tentar suprimir alguns dos obstáculos ao progresso da sua consciência e do seu conhecimento. Assim, longe de arruinar seus próprios fundamentos, como se tem dito freqüentemente, condenando-os ao relativismo, uma tal ciência reflexiva pode, ao contrário, fornecer os princípios de uma *Realpolitik* científica, visando assegurar o progresso da razão científica.

A ambígua situação da ciência social

O campo científico é um microcosmo social, parcialmente autônomo em relação às necessidades do macrocosmo no qual se encontra inserido. É, num certo sentido, um mundo social *como os outros* e, à semelhança do campo econômico, conhece relações de força e lutas de interesses, coalizões e monopólios, e até imperialismos e nacionalismos. No entanto, apesar do que dizem os defensores do “programa forte” na Sociologia da ciência, ele é também um *mundo à parte*, dotado de suas próprias leis de funcionamento. Todas as propriedades que o campo científico tem em comum com os outros campos revestem-se nele de formas específicas: por exemplo, por mais obstinada que nele possa ser a competição, esta mantém-se submissa se não a regras explícitas, pelo menos a regulações automáticas – como as que resultam do *controle cruzado entre os concorrentes* – as quais tem por efeito converter os interesses sociais, tais como o apetite por reconhecimento, em “interesses do conhecimento”; ou a *libido dominandi*,

que é sempre uma parte da *libido sciendi*, em *libido scientifica*, amor puro à verdade, com base no qual a lógica do campo, funcionando como instância de censura e princípio de sublimação, designa seus objetos legítimos e as legítimas vias de os alcançar. As pulsões sublimadas que definem essa *libido* específica aplicam-se a objetos também altamente depurados, e por mais violentos que estes possam ser, elas são inseparáveis – na sua própria existência e na forma de sua satisfação – do reconhecimento prático das exigências inscritas no funcionamento social do campo onde podem encontrar tal satisfação.

Segue-se que o rigor dos produtos científicos depende fundamentalmente do rigor dos limites sociais específicos que regem sua produção; ou, mais precisamente, do grau em que as regras ou as regularidades que governam o microcosmo científico e que determinam as condições nas quais as construções científicas são produzidas, comunicadas, discutidas ou criticadas, são independentes em relação ao mundo social, a suas demandas, a suas expectativas ou a suas exigências.

O campo das ciências sociais está numa situação muito diferente da dos outros campos científicos: pelo fato de que ele tem por objeto o mundo social e que pretende produzir dele uma representação científica, cada um dos seus especialistas está em concorrência não somente com outros cientistas, mas também com os profissionais da produção simbólica (escritores, políticos, jornalistas) e, mais amplamente, com todos os agentes sociais que, com forças simbólicas e sucessos desiguais, trabalham para impor sua visão do mundo social (usando meios que vão do mexerico, do insulto, da difamação ou da calúnia aos libelos, panfletos ou às tribunas livres, para não falar das formas de expressão coletivas e institucionalizadas de opinião, como o voto). Isso constitui uma das razões pelas quais esse especialista não consegue obter, tão facilmente quanto os outros cientistas, o reconhecimento do monopólio do discurso legítimo sobre seu objeto, que reivindica por definição, pretendendo a cientificidade. Seus concorrentes do exterior, mas também por vezes do interior, podem sempre apelar ao senso comum, contra o qual se constrói a representação científica do mundo. Eles podem, inclusive, fazer esse

apelo recorrendo ao modo de validação de opiniões corrente na política (principalmente quando a autonomia do campo político tende a anular-se face a uma demagogia populista, que finge conceder a todos o poder e o direito de julgar tudo).

Assim, do ponto de vista do grau de autonomia em relação a poderes externos, públicos ou privados, a ciência social situa-se a meio caminho entre dois limites: de um lado, os campos científicos mais “puros”, como a matemática, onde os produtores só têm como únicos clientes possíveis os seus concorrentes (os quais, tendo a mesma aptidão e o mesmo interesse em produzir eles próprios tais produtos, são pouco propensos a aceitá-los sem exame); do outro, os campos político ou religioso, ou ainda o jornalístico, onde o julgamento dos especialistas é cada vez mais submetido ao veredicto do número, sob todas as suas formas – plebiscito, sondagem, índices de venda ou audiência – que dá aos profanos o poder de escolher entre produtos que eles não estão necessariamente à altura de avaliar (e, menos ainda, de produzir).

Tem-se, pois, que lidar com duas lógicas completamente opostas: a do campo político, onde a força das idéias depende sempre da força dos grupos que as aceitam como verdadeiras; e a do campo científico que, em seus estados mais puros, só conhece e reconhece a “força intrínseca da idéia verdadeira”, à qual se referia Spinoza. Não se decide um debate científico por um confronto físico, por uma decisão política ou por um voto, e a força de uma argumentação depende em grande parte, sobretudo quando o campo é fortemente internacionalizado, da conformidade das proposições ou dos procedimentos às regras de coerência lógica e de compatibilidade com os fatos. Ao contrário, no campo político o que triunfa são as proposições que Aristóteles (em *Os Tópicos*) chama de *endóxicas*, isto é, aquelas às quais se é obrigado a recorrer porque as pessoas que contam gostariam que fossem verdadeiras; e também porque participando da *doxa*, do senso comum, da visão ordinária, que é também mais divulgada e mais largamente partilhada, tem-se a favor o número. A este título, mesmo quando perfeitamente contrárias à lógica ou à experiência, essas “idéias-forças” podem se impor, porque contam com a força de um grupo e porque elas não são nem verdadeiras

nem prováveis, mas *plausíveis* – no sentido etimológico do termo – isto é, próprias a receber a aprovação e o aplauso da maioria¹.

Os dois princípios de hierarquização

Segue-se que no campo das ciências sociais, como no campo literário, onde se defrontam o “puro” e o “comercial”, os produtores podem se referir a um ou a outro dos dois princípios de hierarquização e legitimação opostos – o princípio científico e o princípio político – que se opõem sem conseguir impor uma dominação completa. Assim, por exemplo, diferentemente do que se passa nos campos científicos mais autônomos (onde hoje ninguém mais sonharia em sustentar que a Terra não gira), as proposições logicamente inconsistentes ou incompatíveis com os fatos podem perpetuar-se e mesmo prosperar, assim como seus defensores, desde que sejam dotadas, no interior e no exterior do próprio campo, de uma autoridade social susceptível de compensar sua insuficiência ou insignificância. Isso também ocorre em relação a problemas, conceitos ou taxionomias: certos pesquisadores podem, por exemplo, converter problemas *sociais* em problemas *sociológicos*, importar para o discurso científico conceitos (*profession*, papel etc.) ou taxionomias (*individual/coletivo*, *achievement/ascription* etc.) diretamente tirados do uso corrente e eleger como instrumentos de análise noções que necessitam ser elas próprias analisadas.

É preciso, pois, interrogar-se sobre os obstáculos sociais – nunca completamente ausentes, mesmo nos campos científicos mais autônomos – que se opõem à instauração do *nomos* científico como critério exclusivo de avaliação de práticas e de produtos.

¹ A ambigüidade de certas discussões com pretensão científica ocorridas publicamente aparece muitas vezes quando o público sai do papel passivo que ordinariamente lhe é reservado para manifestar sua aprovação a um ou outro dos debatedores por aplausos mais ou menos entusiasmados; e a violência da intrusão tirânica – no sentido de Pascal – dos profanos repercute quando um dos participantes recorre ao procedimento retórico que Schopenhauer considerava como tipicamente desleal e que consiste em endereçar ao adversário um argumento ao qual este último só poderá responder empregando argumentos incompreensíveis para os espectadores.

A raiz comum de todos esses obstáculos à autonomia científica e à completa dominação do princípio científico de avaliação ou de hierarquização é o conjunto de fatores capazes de impedir o jogo da *livre concorrência científica entre pares*, isto é, entre os detentores do domínio mínimo das aquisições coletivas da ciência social, o qual é a condição de entrada nos debates propriamente científicos; ou seja, é o conjunto de fatores capazes de favorecer a entrada no jogo, seja como jogadores, seja como árbitros (através, por exemplo, de um certo tipo de crítica jornalística), de intrusos desprovidos desta competência e inclinados a introduzir normas de produção e de avaliação extrínsecas, como as do senso comum ou do “bom senso”.

Os conflitos que ocorrem nas ciências sociais (e que são invocados, por vezes, para lhes recusar o estatuto de ciências) podem assim pertencer a duas categorias completamente diferentes. Na primeira, a dos conflitos propriamente científicos, aqueles que se apropriam das aquisições coletivas de sua ciência se opõem entre si, segundo a lógica constitutiva da problemática e da metodologia diretamente decorrentes dessa sua herança, a qual os une até nas suas lutas para conservá-la ou ultrapassá-la (eles nunca são tão fiéis à herança quando nas rupturas cumulativas com essa mesma herança, rupturas cuja possibilidade e necessidade estão inscritas nela própria); eles se confrontam numa discussão regulada, operando, a propósito de problemáticas rigorosamente *explicitadas*, conceitos claramente recortados e métodos de verificação inequívocos.

Na segunda categoria, a dos conflitos políticos de dimensão científica, conflitos que são sem dúvida socialmente inevitáveis e cientificamente analisáveis, produtores cientificamente armados são levados a confrontar-se a produtores que, por razões diversas, como idade, insuficiência de formação ou desconhecimento das exigências mínimas da profissão de pesquisador, encontram-se desprovidos de instrumentos específicos de produção, mas que se descobrem estar mais próximos das expectativas profanas e mais capazes de satisfazê-las (este é o fundamento da cumplicidade que se estabelece espontaneamente entre certos pesquisadores decadentes, deslocados ou incapazes e alguns jor-

nalistas que, ignorantes das problemáticas específicas, reduzem as diferenças de competência a diferenças de opinião – política, religiosa etc. – propensas à mútua relativização²).

Consenso político e conflito científico

No conflito propriamente científico, não há nada, nenhum objeto, nenhuma teoria, nenhum fato, que uma interdição social possa excluir da discussão; mas, não existe arma exclusivamente social, nenhum argumento de autoridade e mesmo nenhum poder simplesmente universitário, que não seja excluído, de direito e de fato, do universo de meios susceptíveis de ser trazidos à discussão. Segue-se que nada está mais longe, apesar das aparências, desta espécie de guerra de todos contra todos – mas rigorosamente regulada, na escolha das armas e golpes legítimos – que o *working consensus* de uma ortodoxia acadêmica. É esta ortodoxia que os sociólogos americanos, nos anos 60 e, em certa medida, os defensores franceses da “Nouvelle Histoire”, tentaram estabelecer, apoiando-se em poderes propriamente sociais, inicialmente em instituições de ensino, em instâncias de publicação oficiais, em associações profissionais e mesmo no acesso aos recursos necessários à pesquisa empírica.

Se é preciso abster-se de ver nisso o princípio determinante de semelhantes construções, fica claro que o indiferentismo ético e político de um conservantismo de boa companhia – que se pode viver como desapego “objetivo” do “observador imparcial” ou como “neutralidade axiológica” – só pode se reconhecer ou se realizar nas construções teóricas e metodológicas que assegurem a respeitabilidade numa evocação frouxamente consensual do mundo social e, mais genericamente, em toda a forma de discurs-

² Os dois princípios de diferenciação não são completamente independentes: as disposições conformistas que tendem a aceitar o mundo tal como ele é, ou as disposições reticentes ou rebeldes que levam a resistir aos constrangimentos sociais, internos e sobretudo externos, e ao rompimento com as evidências mais amplamente partilhadas no campo e fora dele, certamente não são distribuídas aleatoriamente entre os ocupantes de diferentes posições no campo, nem entre as trajetórias que eles utilizaram para atingi-las.

so que, pelo seu formalismo, possa falar do mundo social com base na lógica da denegação como se o não fizesse, ou que, pelo seu positivismo, tenda a se ajustar ao registro sem problemas do dado tal como ele se apresenta³.

É assim que os sociólogos americanos acreditaram ter encontrado nas teorias de Parsons ou de Merton e na metodologia de Lazarsfeld o corpo de doutrina unificado próprio a fundar a *comunis doctorum opinio* de um corpo bem ordenado de “profissionais” *imitando* o que se considerava ser a característica fundamental de uma ciência digna deste nome: o consenso da “comunidade científica”⁴. De fato, uma adesão tácita ao conjunto de pressupostos indiscutidos sobre os quais repousa a autoridade dos corpos de doutores, teólogos ou juristas – mas também, por uma parte, de historiadores (principalmente da literatura, da arte e da filosofia, que não são inclinados a historicizar seus *corpus*, isto é, sua fabricação) – se opõe diametralmente ao acordo explícito sobre os objetos e os pontos de desacordo e sobre os procedimentos e os processos susceptíveis de serem mobilizados para resolver os diferendos que estão na origem do funcionamento dos campos científicos.

³ Poder-se-ia mostrar que a economia neoclássica apresenta algumas das principais características de uma ortodoxia *mimética* da cientificidade (com a especial eficácia que lhe confere a formalização matemática) como, por exemplo, a aceitação tácita de pressupostos indiscutidos a respeito de pontos absolutamente fundamentais (em matéria de teoria de ação, por exemplo).

⁴ A teoria das profissões, tal como expressa, por exemplo, no artigo redigido por Parsons com esse título, para *The International Encyclopedia of Social Sciences* (edição de 1968, p. 536-546) pode ser lida como uma profissão de fé profissional desses “profissionais” que se consideram sociólogos: caracterizados, segundo Parsons, pela sua formação intelectual e pela autoridade que repousa mais sobre a *expertise* que sobre o poder político, esses profissionais são livres de toda a dependência em relação ao Estado e à burocracia governamental, e são guiados unicamente pela preocupação com o *common good*. Esta *collectivity-orientation*, este “desinteresse” e este “altruísmo” – próprios a lhes assegurar as mais altas recompensas materiais e simbólicas, que a maior parte das definições de profissões mencionam – os encontramos também na representação mertoniana do universo científico. Em suma, a noção preconstruída de *profession*, conceito *ready made* que provocou inumeráveis comentários e críticas, é menos uma descrição de uma realidade social que uma contribuição prática à construção da Sociologia como *profession* e da *profession* de cientista.

Com efeito, o *working consensus* de uma ortodoxia fundada na cumplicidade social dos doutores tende a exercer uma *censura social* (disfarçada em controle científico), seja de maneira inteiramente direta, através de interdições, por vezes explícitas, em matéria de publicação e de citação; seja mais sorrateiramente, através de processos de recrutamento que – privilegiando, através do seu funcionamento em rede e do *lobbying*, critérios sociais mais ou menos maquilados em critérios científicos ou acadêmicos – tendem a reservar as nomeações para posições favoráveis à produção – e, por essa via, para a competição científica – a certas categorias de agentes definidos em termos puramente sociais, titulares de certos diplomas prestigiados, ocupantes de certas posições sociais no ensino ou na pesquisa, ou, ao contrário, excluindo *a priori* certas categorias, como por exemplo, mulheres, jovens ou estrangeiros⁵.

Mas, se as transformações profundas por que passaram as ciências sociais contribuíram sem sombra de dúvidas para o desmoronamento da ortodoxia, principalmente sob o efeito do considerável crescimento do número daqueles que as praticam e estudam, suas conseqüências nem sempre estiveram livres de ambigüidade⁶: os efeitos *liberadores* exercidos pela aparição de uma

⁵ Sem poder dar exemplos inspirados no campo francês, hoje (os que, em nome do liberalismo, se dedicam a práticas dignas dos regimes mais autoritários, seriam sem dúvida os primeiros a denunciar como “totalitária” qualquer denúncia a essas práticas), seria preciso citar aqui toda a passagem do famoso discurso sobre “a vocação e a profissão do cientista”, onde Max Weber põe a questão – em geral reservada a conversas privadas – de saber por que as universidades e as instituições de pesquisa não selecionam sempre os melhores: afastando a tentação de imputar às pessoas – no caso, aos “pequenos personagens das faculdades e dos ministérios” – a responsabilidade pelo fato de que “um tão grande número de medíocres desempenham um papel incontestável nas universidades”, Weber convida a pesquisar as razões deste estado de coisas “nas próprias leis da ação concertadas dos homens”, aquelas que, na eleição dos papas ou dos presidentes americanos, levam quase sempre a selecionar “o candidato número dois ou três”, concluindo com uma certa ironia: “O que é de causar espanto não é que equívocos ocorram freqüentemente nestas condições, mas antes que [...] se constate, apesar de tudo, um número também considerável de indicações justificáveis” (M. Weber, *Le Savant et le Politique*, Paris, Plon, 1959, p. 66-67).

⁶ Howard S. Becker, num capítulo intitulado “What’s Happening to Sociology?”, do seu livro *Doing Things Together* (Evanston, Northwestern University Press, 1986, p. 209), observa que o número de sociólogos recenseados pela American

pluralidade de princípios concorrentes e a intensificação correlativa da concorrência propriamente dita tiveram por contrapartida, nos diferentes campos nacionais, o reforço dos fatores de heteronomia ligados ao crescimento da dispersão dos “especialistas”, pouco favorável à discussão regulada entre pares, e correlativamente, o reforço da vulnerabilidade às pressões, às solicitações e às injunções externas que, como em todos os campos, é particularmente forte entre os mais desprovidos de capital específico.⁷

Em suma, se o sistema artificialmente unificado e hierarquizado dos anos 50 cedeu lugar a um sistema “policêntrico”, como diz Becker – e mais difícil de controlar, porque fragmentado e diversificado – nos EUA como na França, o funcionamento do campo ainda permanece mais próximo de um campo artístico em via de emancipação das tutelas acadêmicas (no qual os adversários podem ir até à recusa mútua do direito de existência), do que o de um

Sociological Association subiu de 2 364 em 1950, para 15 567 em 1978. Do mesmo modo, na França, esse número teria passado, no mesmo período, de 200 para 1 000, aproximadamente (a Associação dos Sociólogos, que adota uma definição muito ampla, recenseou 1 678, públicos ou privados). Para ser mais preciso, em 1949 o CNRS contabilizava apenas *dezoito* sociólogos; em 1967, havia 112 no CNRS, 135 na École Pratique des Hautes Études e 290 nos centros de pesquisa privados, ou seja, ao todo, mais de 500; em 1980, apenas como membros do CNRS, recenseavam-se 261 sociólogos.

- ⁷ As mudanças morfológicas resultantes da abolição do *numerus clausus* de fato ou de direito que protege um corpo, uma categoria, garantindo assim a *raridade* de seus membros, estão muitas vezes na origem direta das transformações dos campos de produção cultural; em todo o caso, elas são a mediação específica através da qual se exercem os efeitos de mudanças econômicas e sociais. Além disso, a forma e a intensidade de que se revestem e os efeitos que produzem dependem eles próprios do estado da estrutura do campo em que ocorrem. Isto explica por que é preciso rejeitar, como um exemplo típico de erro de curto-circuito, a explicação que coloca as mudanças ocorridas num campo especializado, como o da Sociologia, diretamente em relação com as mudanças globais, como a prosperidade que se seguiu à guerra (N. Wiley, “The Current Interregnum in American Sociology”, *Social Recherche*, vol. 52, 1, Spring 1985, p. 179-207, em particular, p. 183); ou ainda, as mudanças constatadas na Sociologia ou na história, tanto na França como na Alemanha, nos anos 70, com as transformações do humor político por volta de 68, transformações que estão elas próprias ligadas a mudanças morfológicas nos campos de produção especializados e a inovações intelectuais favorecidas ou autorizadas pelos efeitos dessas transformações.

campo científico avançado⁸. Isso é particularmente verdadeiro porque, pelo menos na França, continua a se impor aos especialistas das ciências sociais (principalmente através da demanda de “*mâitres à penser*”), o modelo literário do “criador” singular e original, livre de todo o vínculo de grupo ou de escola, e também as normas do chique e da renovação permanente na continuidade, normas que são aquelas do campo da alta-costura e da moda.

Em virtude da fraqueza dos mecanismos capazes de impor aos participantes um mínimo de reconhecimento mútuo ou, o que dá na mesma, a obediência a espécies de leis da guerra, a confrontação entre diferentes tradições assume muito frequentemente a forma de uma guerra total (Randall Colins fala de “*wars of metatheories*”), onde todos os golpes são permitidos, sejam eles de menosprezo, permitindo economizar na discussão e na refutação, sejam eles de força, fundados no recurso aos poderes sociais (como a supressão de créditos ou de vagas, a censura, a difamação, o apelo a poderes jornalísticos etc.).

Efeitos ambíguos da internacionalização

Quais são então os mecanismos que poderiam contribuir para fazer com que as relações de força científicas pudessem se estabelecer sem qualquer intrusão das relações de força sociais?

⁸ “Os sociólogos quantitativistas evocam com orgulho “sua revolução matemática” e seu alto nível de realização em matéria de técnicas estatísticas e englobam por vezes no mesmo desdém todos os outros especialistas, simples minoria não quantitativista tão irrisória quanto absurda. Os sociólogos marxistas, com a segurança que lhes confere o fato de não estarem mais votados ao esquecimento, rejeitam o “positivismo” como o reflexo de uma época histórica ultrapassada. Os sociólogos históricos (que também podem ser marxistas) pleiteiam a unicidade das configurações históricas e a necessidade de enraizar todo objeto no seu verdadeiro lugar, em seqüências históricas específicas. Os etnometodólogos rejeitam a Sociologia do “macrocosmo” como uma conversa fiada desprovida de toda justificação; uma espécie particular de estruturalismo fenomenológico, humanista e parisiense, e outras “posições” demonstram com grandes refinamentos filosóficos (e uma boa dose de desprezo por seus adversários filosoficamente iletrados) que só o seu método permite uma apreensão adequada do mundo social” (R. Collins, “Is 1980s Sociology in the Doldrums?”, *American Journal of Sociology*, vol. 91, 6, maio de 1986, p. 1336-1355, em particular p. 1341).

O que fazer para abolir ou enfraquecer a dualidade de princípios de hierarquização que, como se pôde mostrar para o caso francês, afeta os pesquisadores mais reconhecidos cientificamente no país, e sobretudo no estrangeiro, mas que estão afastados de posições de poder relacionadas à reprodução do corpo docente e de pesquisadores e, por isso mesmo, dos desdobramentos futuros do campo científico e de sua autonomia⁹? Quais são as forças e os mecanismos sociais sobre os quais poderiam apoiar-se as estratégias científicas, individuais e sobretudo coletivas, visando instaurar, de fato, entre os pesquisadores mais dotados, os meios mais universais do momento para a *confrontação universal*, que é a condição de avanço universal?

É, sem dúvida, de uma verdadeira internacionalização do campo das ciências sociais que se poderia esperar a contribuição mais eficaz para o progresso da autonomia científica. Com efeito, as pressões da demanda ou dos constrangimentos sociais se exercem sobretudo na escala da nação, através de todas as solicitações e de todas as incitações materiais e simbólicas que têm lugar no seio do espaço nacional: uma vez que grande parte dos poderes sociais (jornalísticos, universitários, políticos etc.) que confundem ou contaminam a luta científica só existem e subsistem em escala nacional (a oposição principal que se verifica em todos os campos acadêmico-científicos se estabelece entre os “nacionais”, detentores do poder sobre a reprodução, e os “internacionais”), a maior parte das oposições fictícias que dividem os pesquisadores se enraízam nas divisões locais ou nas formas locais de divisões mais gerais.

Isto posto, o campo das ciências sociais foi sempre internacional, mas sobretudo para o pior e raramente para o melhor. Primeiramente, porque mesmo nas ciências mais puras, que conhecem, por exemplo, uma concentração quase monopolística das instâncias de publicação e de consagração, o campo internacional pode ser o lugar de fenômenos de dominação, e talvez mesmo de formas específicas de imperialismo. Em segundo lugar, porque as trocas – e especialmente os empréstimos – se operam de preferência sobre

⁹ P. Bourdieu, *Homo academicus*, Paris, Ed. de Minuit, 1988.

a base de homologias estruturais entre as posições ocupadas nos diferentes campos nacionais, isto é, quase exclusivamente entre dominantes e dominados (com efeitos análogos, no interior desses dois espaços, de distorção e mal-entendidos). Tudo leva mesmo a pensar que os obstáculos sociais à *livre troca generalizada* foram sem dúvida reforçados sob o efeito de uma espécie de institucionalização de divisões com base política.

Nos anos 50, alguns dos sociólogos temporariamente dominantes podiam formar uma internacional invisível, fundada em afinidades forjadas mais a partir de uma razão social do que numa razão intelectual, que servia de base a uma ortodoxia; hoje, sob o efeito do contragolpe dos movimentos estudantis dos finais dos anos 60 e do traumatismo coletivo que infligiram, de Berkeley a Berlin, a toda uma geração de professores, as *conexões* até então informais se transformaram em redes organizadas em torno de fundações, revistas e associações, e o conservantismo de boa companhia dos guardiães da ortodoxia cedeu lugar a profissões de fé explícitas e a manifestos *ultras* de uma verdadeira internacional reacionária¹⁰.

O que é novo, o que existe também, mas em estado virtual e não organizado, é uma internacional de *outsiders* constituída por aqueles que têm em comum uma marginalidade em relação à corrente dominante, como os membros dos movimentos de minorias étnicas ou sexuais. Esses “marginais”, que são frequentemente calouros, introduzem no campo disposições subversivas e críticas – as quais, ainda que não sejam suficientemente criticadas em termos científicos, os inclinam a romper com as rotinas do *establishment* acadêmico; na sua luta contra a ortodoxia, ou contra o que a substituiu, aqui ou ali, eles sempre tomam suas armas emprestadas aos movimentos estrangeiros, contribuindo assim para a internacionalização do campo

¹⁰ Essas redes são a base de intercâmbios de serviços (convites, prestação de contas, subvenções) que fazem, por exemplo, com que o recurso a juízes internacionais, principalmente em ações de cooptação, nem sempre seja uma garantia de universalidade.

das ciências sociais¹¹; mas os interesses ligados à posição ocupada no campo de destino causam distorções na seleção e na percepção do empréstimo, seleção ela própria estruturada segundo categorias de percepção e de apreciação associadas a uma tradição nacional que, por isso mesmo, são muitas vezes completamente inadequadas (pelo fato de que as obras circulam independentemente do seu contexto, os trabalhos concebidos em relação a um espaço de tomadas de posição determinado são recebidos por referência a categorias de percepção construídas em relação a um outro espaço, estruturado por outros nomes próprios, outros conceitos escolares em ismos – ou então pelos mesmos, mas investidos de significações diferentes, etc.).

Segue-se que, longe de contribuir automaticamente para o progresso rumo a um grau de universalização superior, a evolução do campo internacional das ciências sociais na direção de uma maior unidade, através principalmente da internacionalização das lutas que nele têm lugar, pode apenas contribuir para a difusão, na escala do universo (isso para evitar o termo particularmente vicioso de “mundialização”), de pares opostos fictícios, profundamente funestos ao progresso da ciência: entre métodos quantitativos e métodos qualitativos; entre o macro e o micro; entre as abordagens estruturais e as abordagens históricas; entre as visões hermenêuticas ou internalistas – o “texto” – e as visões externalistas – o “contexto”; entre a visão objetivista, muitas vezes associada ao uso da estatística, e a visão subjetivista, interacionista ou etnometodológica; ou, mais precisamente, entre um estruturalismo objetivista, comprometido em identificar as estruturas objetivas através de técnicas quantitativas mais ou menos sofisticadas (*path analysis*, *network analysis*, etc.) e todas as formas de construtivismo que, de Blumer a Garfinkel, passando por Goffman, tentaram recuperar, pelos métodos ditos qualitativos, a representação que os agentes fazem do mundo social e a

¹¹ De um modo geral, as importações fornecem as melhores armas nos conflitos internos dos campos nacionais, particularmente quando se trata de *descreditar* uma posição estabelecida ou creditar uma nova posição e acelerar o processo sempre difícil de acumulação inicial, isto é, de subverter a hierarquia social em vigor e impor novas leis de formação de preços (sabe-se, por exemplo, o uso que os “cosmopolitas” reais ou supostos podem fazer, nas polêmicas, da idéia do “atraso” nacional).

contribuição que eles trazem à sua construção; isso sem falar da oposição, que assume uma forma especialmente dramática nos Estados Unidos, entre uma “empíria” freqüentemente microfrênica e destituída de interrogações teóricas fundamentais, e uma “teoria” concebida como uma especialidade à parte e reduzida muitas vezes a um comentário compilatório de autores canônicos ou a *trends reports* escolares de trabalhos mal lidos e mal digeridos.

Se as instâncias internacionais fossem realmente o instrumento de racionalização científica que poderiam e deveriam ser, elas deveriam favorecer a condução de uma pesquisa internacional (pelo menos quanto ao objeto) sobre os determinantes sociais (sexo, idade, origem social, trajetória escolar, estatuto universitário, competência técnica específica etc.) das “escolhas” entre os dois termos das diferentes oposições “teóricas” e “metodológicas” que levam os pesquisadores a traçar divisões completamente fictícias de um ponto de vista científico. Tal pesquisa mostraria, sem nenhuma dúvida (e não corro nenhum risco formulando esta hipótese aparentemente arriscada), que grande parte dessas oposições têm como fundamento apenas as divisões sociais no seio do campo das ciências sociais, as quais exprimem, sob uma forma mais ou menos refratada, as oposições externas. Mas, tenho consciência de também não correr um risco muito grande predizendo que tenho muito pouca chance de ser escutado pelos responsáveis dessas instâncias: por que eles se inquietariam em atribuir funções reais a instâncias que lhes parecem suficientemente justificadas pelo fato de justificá-las por existir? Pode-se, porém, razoavelmente esperar que um jovem pesquisador encolerizado se apodere um dia do projeto, fazendo descer das nuvens e trazendo-as para a lógica das paixões e dos interesses associados às diferentes posições no campo, as tomadas de posição ditas “teóricas” ou “epistemológicas” sobre as grandes alternativas do momento, nas quais os pesquisadores projetam, sob uma forma direta ou indireta – como os homens no seu Deus, segundo Feuerbach – as carências ligadas a sua finitude científica.

Todavia, o que torna difícil (e realmente arriscada) a crítica desses pares sociais maquilados em pares epistemológicos é o fato de que, considerados do ponto de vista do princípio de diferencia-

ção social, os dois termos (macro/micro por exemplo) raramente estão no mesmo plano, um deles se situando sempre mais próximo da causa dos dominados (socialmente e também, muitas vezes, cientificamente) no campo (através principalmente das características sociais de seus defensores), e também – o que é bastante mais difícil de ser julgado – fora do campo. Desse modo, a opção propriamente científica de recusar, em seu princípio mesmo, a alternativa que os opõe, pode parecer inspirada numa espécie de indiferentismo conservador. Assim, nada é mais contrário ao progresso de uma ciência social autônoma do que a tentação do populismo: aqueles que crêem “servir a causa” dos dominados – hoje, preferencialmente nos EUA, a causa das minorias sexuais ou étnicas; ou na França, nos anos 70, a “causa do povo” – abdicando das exigências científicas, por vezes em nome da sua característica elitista ou, mais ingenuamente, do seu vínculo com os engajamentos conservadores, não servem verdadeiramente às causas que eles crêem defender, as quais estão relacionadas, pelo menos em parte – a única que cabe a um pesquisador – à *causa da ciência*.

A redução ao “político”, acarretada pela ignorância da lógica específica dos campos científicos, implica numa renúncia, para não dizer numa desistência: reduzir o pesquisador ao papel de um simples militante, sem outros fins ou meios que os de um político comum, é anulá-lo na sua qualidade de cientista capaz de colocar as insubstituíveis armas da ciência ao serviço dos objetivos perseguidos; capaz sobretudo de fornecer os meios de compreender, entre outras coisas, os limites que os determinantes sociais das disposições militantes impõem à crítica e à ação militantes (muitas vezes reduzidas a simples inversões das tomadas de posição dominantes e, desse modo, muito facilmente reversíveis – como o atestam tantas trajetórias biográficas)¹².

¹² Chama a atenção que Foucault, que ao menos nos Estados Unidos tornou-se o santo padroeiro ritualmente invocado (mais do que um *maitre à penser*) de todos os movimentos subversivos, seja submetido a uma tal redução por parte de pregadores da restauração (cf. James Miller, *The Passion of Michel Foucault*, New York, Simon and Scuster, 1993, e a crítica que lhe faz Didier Eribon, *Michel Foucault et ses contemporains*, Paris, Fayard, 1994, p. 22-30). Mas, ao reduzir todo o pensamento de Foucault à sua homossexualidade, eles apenas invertem a posição daqueles que resolveram canonizá-lo só porque ele era homossexual (cf. David Halperin, *Saint Foucault, Two Essays in Gay Hagiography*, Oxford, Oxford University Press, 1995).

Mas, sobretudo, não é preciso esconder que as disposições reticentes ou rebeldes, ou mesmo revolucionárias, que certos pesquisadores importam para o campo, das quais se poderia crer que acarretam inevitavelmente rupturas críticas com a *doxa* e a ortodoxia, podem também favorecer a submissão a injunções ou a pressões externas, cujas palavras de ordem de instâncias políticas são apenas as mais visíveis. Elas só podem engendrar as verdadeiras rupturas de uma *revolução específica* quando se associam ao domínio das aquisições históricas do campo (num campo científico muito avançado, os revolucionários são necessariamente os capitalistas específicos): a consciência e o conhecimento das possibilidades e impossibilidades inscritas no espaço dos possíveis fazem com que este espaço aja ao mesmo tempo como sistema de constrangimentos e de censuras – obrigando a sublimar a pulsão subversiva em ruptura científica – e como matriz de todas as soluções susceptíveis de serem consideradas como científicas num dado momento do tempo, e apenas elas.

Por uma “realpolitik” científica

Assim, o questionamento das ortodoxias e de todos os princípios de visão e de divisão centrais tem o indiscutível mérito de destruir o consenso fictício que aniquila a discussão, mas pode conduzir a uma divisão em campos antagônicos, fechados na convicção metateórica da superioridade absoluta de cada uma das visões, e ninguém deve resignar-se a isso. É preciso, pois, trabalhar na construção de instâncias capazes de contrariar as tendências à fissão anômica inscritas na pluralidade de modos de pensar, favorecendo uma confrontação de pontos de vista estabelecida sob o ponto de vista da reflexividade. Um ponto de vista encarado como tal, isto é, como uma visão a partir de um ponto, de uma posição num campo, é capaz de superar sua particularidade; isso, principalmente, ao entrar numa confrontação com diversas visões, confrontação fundada na consciência dos determinantes sociais dessas diferenças.

Todavia, mais do que uma predicação epistemológica, mesmo armada de uma Sociologia reflexiva dos campos de produ-

ção, é de uma transformação da organização social da produção e da circulação científicas e, em particular, das formas de troca nas quais e pelas quais se realiza o controle lógico, que se pode esperar um progresso real da razão científica nas ciências sociais. É aqui que pode intervir uma *Realpolitik* da razão, armada do conhecimento racional dos mecanismos sociais que operam no campo das ciências sociais, tanto em escala nacional como em escala internacional.

Semelhante política pode notadamente atribuir-se o objetivo de reforçar todos os mecanismos que contribuem para unificar o campo científico mundial, favorecendo a circulação científica; contrapondo-se ao reino dos imperialismos teóricos ou metodológicos (ou, simplesmente, lingüísticos); e combatendo, mediante o recurso sistemático ao método comparativo (e em particular mediante uma história comparada de histórias nacionais das disciplinas), a influência das tradições nacionais ou nacionalistas, retraduzidas, muitas das vezes, nas divisões em especialidades e em tradições teóricas ou metodológicas, ou nas problemáticas impostas pelas particularidades ou particularismos de um mundo social necessariamente provinciano.

Mesmo que seja Habermas a dizê-lo, certamente não há universais trans-históricos da comunicação; porém, existem sem dúvida formas socialmente instituídas de comunicação que favorecem a produção do universal. A lógica está inscrita numa relação social de discussão regulada, fundada sobre um argumento e uma dialética. Os lugares (*topoi*) são uma manifestação visível da comunidade de problemática como acordo sobre os espaços de desacordo, o qual é indispensável para a discussão (em vez de se empreender monólogos paralelos). É um tal espaço de jogo que se impõe constituir, não sobre a base de prescrições ou de procrições morais, mas criando-se condições sociais para uma confrontação racional, visando instaurar em escala internacional não o *working consensus* de uma ortodoxia sustentada na cumplicidade dos interesses de poder, mas sim uma axiomática racional comum ou, ao menos, um *working dissensus* fundado no reconhecimento crítico de compatibilidades e incompatibilidades cientificamente (e não socialmente) estabelecidas. Este espaço de jogo é

o lugar de liberdade que a ciência social pode se dar, aplicando-se, resolutamente, a conhecer as determinações sociais que pesam sobre seu funcionamento e esforçando-se para instituir os procedimentos técnicos e os processos sociais que permitem agir eficazmente, isto é, coletivamente, no sentido de controlá-las.